



## **Intervenção Inicial da Ministra da Coesão Territorial, Audição OE2022, 5 de maio de 2022**

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Em nome do Ministério da Coesão Territorial, apresento os meus cumprimentos. Permitam que inicie esta intervenção com um pequeno resumo da nossa missão – missão que a atual legislatura ampliou e reforçou.

O objetivo principal da Coesão Territorial continua a ser o de assegurar a convergência com a União Europeia, reduzindo as assimetrias entre as nossas regiões e entre as nossas regiões e as regiões europeias, através de políticas públicas que garantam maior competitividade e desenvolvimento dos territórios.

É nossa missão garantir a igualdade de oportunidades entre os cidadãos, o aproveitamento do potencial endógeno e a diversificação da base económica dos territórios, o investimento empresarial inovador e competitivo, a criação de emprego, a transformação digital e o teletrabalho, e dar resposta aos desafios estratégicos, tais como a demografia, a transição climática/digital, a mobilidade sustentável e a economia circular.

Continuamos a ter, por isso, como um dos objetivos centrais das nossas políticas, a Valorização do Interior.

Irei dividir esta intervenção em três grandes áreas.

Começemos pelo tema da **Descentralização**.

Como sabem, esta é um dos temas do momento porque, dos 278 municípios que assumiram competências da administração central, alguns – uma minoria, mas com visibilidade mediática – resolveram dizer publicamente que não concordavam com o processo, que discordavam dos valores em causa, que as autarquias iam declarar falência...

Note-se que a discussão pública se tem focado apenas em três das 22 áreas que são alvo da reforma administrativa: Saúde, Ação Social e Educação. Três.

Não se fala de áreas descentralizadas que dão receitas próprias aos municípios e sobre as quais não há queixas (como o estacionamento e a gestão das praias, que sendo bem geridas podem gerar receitas significativas).

Recordo que o PSD foi parceiro desde o início nesta reforma e parte ativa na construção da mesma. A Lei-Quadro da Descentralização foi aprovada com os votos favoráveis dos Grupos Parlamentares do PS e do PSD em agosto de 2018, depois de um longo processo de diálogo e negociação com a ANMP, que deu parecer positivo a cada um dos 22 diplomas sectoriais.

Sublinho também que, a Descentralização não está a ser feita para aliviar o Estado Central, mas para servir melhor, de forma mais célere e eficiente as populações. E, não menos importante, para que essa gestão possa ser mais escrutinada. Esta foi, aliás, uma luta de sempre dos autarcas, terem mais competências.

Todos sabemos que a proximidade e o conhecimento efetivo das pessoas e do território são fatores decisivos para uma boa gestão. E os municípios – já o provaram – são gestores muitíssimo capazes. Há dezenas de anos que o transporte escolar é garantido com sucesso pelos municípios; há dezenas de anos que são também eles que asseguram as refeições escolares... precisamos de mais provas?

Recorde-se também que, em algumas áreas, a transferência de competências é apenas o reconhecimento legal de funções ou poderes que as autarquias já exercem, com base em acordos, contratos ou protocolos que, pela sua natureza jurídica, são temporários. Em algumas matérias, portanto, esta mudança não só não é novidade, como

corresponde à vontade dos próprios municípios. E esta é a primeira ideia que gostaria de contrariar. **Não se está a impor nada aos municípios que não seja a sua verdadeira vocação: gerir os recursos do seu território em função das necessidades das pessoas.**

O que está verdadeiramente em causa e que motiva algumas queixas de autarcas são receios de que as verbas não acompanhem as necessidades do presente ou os imponderáveis do futuro. E aqui, deixem-me fazer uma síntese do esforço já feito pelo Governo neste OE:

1. O Fundo para a Descentralização conta no atual Orçamento com mais de 832 milhões de euros: mais de 42 milhões para a Ação Social; mais de 70 milhões para a Saúde; até 718 milhões para a Educação. A monitorização das verbas a transferir, caso haja desconformidade com a realidade, permitirá corrigir as transferências no Orçamento do Estado seguinte.
2. Apesar desta fonte de financiamento exclusivo que é o Fundo, a Lei do Orçamento ainda prevê um mecanismo de atualização e ajustamento dos valores em causa. O Artigo 82, permitirá atender não só à instabilidade, como à inflação verificada e às despesas realizadas.
3. Para quem considera que este mecanismo prevê apenas uma redistribuição do bolo existente e não um aumento real da verba, o que está previsto no número 11 do mesmo Artigo 82 tira todas as dúvidas.

Admitimos que nem todos os autarcas se sintam confortáveis com as verbas a transferir, mas elas não só não são definitivas, como ainda nem sequer estão fechadas.

Dou-vos o exemplo do que se passa na Educação. Ontem mesmo, houve a primeira reunião da Comissão Técnica de Desenvolvimento, já com a sua nova composição. Será esta comissão a decidir o valor justo a atribuir para a manutenção dos edifícios escolares, apetrechamento das escolas, atualização dos valores dos transportes escolares, e ratio dos assistentes operacionais por escola. São valores atualizados que contamos ter muito em breve. Aliás, as Comissões de Acompanhamento dos municípios, nas diferentes áreas, foram criadas precisamente para a monitorização das verbas

transferidas e a sua adequação às necessidades efetivas – e esta é uma questão de transparência.

Na Saúde, a transferência de competências é feita de forma diferente e está dependente da assinatura de um auto. Os autos da saúde estão neste momento a ser revistos pois passou-se a considerar como base o ano de 2019, contemplando a inflação, em vez do ano de 2021, que prejudicava os municípios por não corresponder a um ano de atividade normal dos equipamentos de saúde (devido à pandemia). Neste momento, os valores da área da saúde estão a ser revistos em alta, tendo em conta o que acabei de referir. É uma área onde muito trabalho há ainda a fazer, que exigirá um grande envolvimento e diálogo das ARS com os municípios. O MCT com o Ministério da Saúde acompanhará de perto este trabalho.

Senhores Deputados,

O Governo assumiu a responsabilidade de recuperar 335 escolas cuja propriedade foi transferida para os municípios (*artigo 50º, nº 3 do decreto-Lei nº 21/2019*).

Estou em condições de anunciar que, a breve prazo, este Ministério, através dos Programas Operacionais Regionais, lançará uma medida para financiar a requalificação de equipamentos e infraestruturas nas áreas da educação e saúde, que estejam sinalizados como prioritários. Através de avisos de concurso, com enquadramento ainda no PT 2020, mas com a possibilidade de transitarem para o PT 2030, teremos **100 milhões de euros dos Programas Operacionais Regionais ao serviço dessas requalificações**. Nesta fase, os beneficiários serão infraestruturas consideradas prioritárias, ou seja, escolas e centros de saúde mais degradados.

Reconhecemos a complexidade do processo de Descentralização, que ocorre num quadro de grande exigência. Admitindo que, porventura, ao longo deste processo, não fomos capazes de chegar a toda a gente, da melhor maneira, e que ainda há dúvidas, receios e alguma incompreensão, o Governo vai reforçar o diálogo com os municípios e em breve **iremos reunir com todas as CIM, uma a uma**, para clarificar, esclarecer, deixar garantias. Não podemos falhar num processo que tem de merecer, acima de tudo, a confiança dos cidadãos. E que fique bem claro: para nós não existe a possibilidade de

fracassar num único município que seja, grande ou pequeno. Isso seria um fracasso para todos nós.

Também queremos destacar que todos os municípios são importantes para nós. Os que de forma discreta resolvem connosco os problemas e defendem as suas populações não ficam atrás dos que falam mais alto ou têm acesso à comunicação social.

O segundo tema que gostaria de destacar aqui são os **Programas Operacionais Regionais** – o instrumento financeiro que nos dá capacidade para implementar políticas públicas. Como sabem, a atuação desta área governativa não depende exclusivamente nem se limita ao Orçamento do Estado e uma parte significativa do nosso trabalho é operacionalizado através dos fundos europeus.

No Portugal 2020, para a janela temporal 2014-2020, os fundos europeus geridos pelas CCDR totalizaram 7,8 mil milhões de euros. A este valor somam-se ainda fundos do PRR. Em 2022, prevemos executar cerca de 1.500 milhões de euros de fundos europeus regionais, alcançando uma taxa de execução de 82%. Esta verba promove um investimento de cerca de 2.800 milhões de euros nos territórios. Fundos aplicados em projetos do setor privado e do setor público altamente relevantes para o desenvolvimento regional, nas áreas do desenvolvimento urbano, saúde, educação, cultura e património, investimento empresarial, emprego, ambiente, ciência e tecnologia, valorização do território, administração pública, área social e ensino superior.

A importância destes fundos, sobretudo no atual contexto socioeconómico, não deixa margem para dúvidas. Eles estão não só ao serviço da convergência com a União Europeia, como desempenham um importante papel na recuperação económica do país.

Para se ter uma ideia do impacto e poder transformador destes fundos das regiões, até ao final de março, os Programas Operacionais Regionais do continente aprovaram mais de 33 mil operações, envolvendo 8.6 mil milhões de euros de fundos e um investimento

total de 15.5 mil milhões de euros. Ao dia de hoje, a execução totalizava perto de 5,1 mil milhões de euros, o que representa uma taxa de execução de 65,4%. Os pedidos de pagamento em análise totalizam 4.1 p.p., o que equivale (na realidade) a uma taxa de execução de 70%.

É nosso objetivo conseguir até ao final deste ano uma taxa de execução de 82%. Para isso, vamos tomar várias medidas, entre as quais destacamos:

- O aumento das taxas de cofinanciamento de projetos que têm uma participação abaixo da máxima permitida;
- Uma bolsa de recuperação, que permita descativar projetos que não se executaram, numa avaliação feita com as autarquias e os outros beneficiários;
- Avisos de overbooking condicionado, que permitem criar uma bolsa de projetos já com muita elevada execução, para cobrir eventuais quebras de execução;
- Abrir avisos de concurso ainda no PT 2020, para termos tesouraria para a execução dos projetos de arquitetura e execução, que depois possam transitar para o PT 2030, o que permitirá iniciar mais cedo a execução do próximo quadro.
- O aumento dos custos dos materiais, combustíveis, mas não só, tem implicações no aumento do custo das empreitadas; o Governo acaba de aprovar em Conselho de ministros a alteração da fórmula de cálculo da revisão de preços, para que possa acolher estas variações de custos no valor final das obras;
- Simultaneamente, vamos permitir que o aumento na revisão de preços seja também participado por fundos europeus.

O terceiro e último aspeto a que quero dar destaque nesta intervenção inicial é o **Interior**.

Como vos disse no início, a valorização do Interior não desapareceu dos nossos objetivos, muito pelo contrário. Continua a ser um objetivo e uma missão prioritária deste Governo.

Sabemos que a única forma de valorizar o Interior é olhar para ele de forma diferente, com uma nova perspetiva, que tem de ser diferente de tudo o que fizemos no passado. Porque hoje sabemos que políticas universais, aplicadas de igual forma a todos, sem atender às idiossincrasias ou às especificidades de cada território, são políticas erradas.

Tivemos décadas de políticas erradas, sem dúvida bem-intencionadas, mas que acabaram por acentuar a desertificação do nosso Interior. Ao perdermos população e atividade económica, permitimo-nos uma fragilidade nunca vista, tornámo-nos vulneráveis aos caprichos das alterações climáticas e a catástrofes.

Há dois anos, quando nasceu o Ministério da Coesão Territorial, iniciámos o trabalho de contrariar a política instalada da uniformização. Começámos a usar os fundos europeus de forma direcionada, com medidas destinadas exclusivamente ao Interior ou com apoios majorados para o Interior. Esta forma de tratar diferente o que é, de facto, diferente, vai não só manter-se, como reforçar-se, porque acreditamos que é a única maneira de dar resposta a necessidades concretas dos territórios – como aliás atesta a procura avassaladora que tivemos em alguns dos nossos programas (+CO3SO Emprego, PAPN...).

Continuaremos a usar os fundos europeus dos Programas Operacionais Regionais para servir os objetivos prioritários: fixar pessoas e atrair novos residentes, apoiar a criação de emprego – sobretudo emprego qualificado, atrair investimentos – em particular investimentos inovadores, assentes em conhecimento, ciência e tecnologia.

Temos hoje bons exemplos que demonstram que ser Interior não tem de ser uma fatalidade. Pensemos em Paredes de Coura, em Ponte de Sor, só para dar estes dois exemplos. E o Interior, só por si, já é uma marca de qualidade que atrai pessoas, sobretudo se lhes for dada a opção do teletrabalho. A possibilidade de trabalhar do Interior para qualquer ponto do mundo abre novas oportunidades e possibilidades, que só poderão ser aproveitadas quando houver cobertura de rede de fibra ótica em todo o território nacional, em cada freguesia, em cada casa. O Governo não descurou essa necessidade e, dentro de pouco tempo, depois de se concluir o trabalho que a ANACOM está a fazer de levantamento exaustivo das zonas brancas em termos de cobertura de rede fixa, vai ser lançado o concurso público internacional para que esse objetivo – a conectividade digital do território – seja cumprido, levando internet a todas as zonas do nosso país.

Tenhamos todos consciência que introduzir mudanças não é sinónimo de alcançar resultados imediatos. Nem mesmo se conseguíssemos aplicar tudo o que desejamos e planeamos com financiamento ilimitado – condições que sabemos que não existem - dificilmente reverteríamos décadas de abandono ou esquecimento a que deixamos chegar parte do nosso território.

Temos uma missão ambiciosa, para a qual todos estão convocados. Todos somos peças essenciais para que cada município, cada freguesia, cada aldeia ou lugar, se desenvolva.

Muito obrigada